

Cabral define pontos centrais do anteprojeto da nova Carta

Janio de Freitas

No ponto de ruptura

Representantes da Conferência Nacional de Bispos do Brasil levaram ao presidente Sarney, antontem, a mais grave advertência de que um presidente terá sido objeto, nas últimas décadas: o Brasil está sob risco iminente de convulsão social.

Sarney refutou com uma análise em que as dificuldades da situação brasileira não alcançavam tais dimensões de gravidade e risco. Mas, ao passo que sua refutação mostrou-se destituída de profundidade analítica e dados que a fundamentassem, os representantes da CNBB treplicaram com elementos recolhidos à realidade por eles vivida, a cada dia e em contato direto, por todo o país. A conversa foi tensa e difícil. O resultado, no mínimo incerto.

Não menos tensa nem difícil foi a conversa mantida por Ulisses Guimarães no sábado, em telefonema que lhe deu o governador Miguel Arraes. Desgostoso com os rumos que a situação brasileira vai tomando, Arraes comunicou a Ulisses, e em outro telefonema também ao ministro Renato Archer, que não deseja proporcionar, nem por omissão, qualquer apoio a este rumo. Entende que o pacote do Novo Cruzado contraria os compromissos do PMDB, sacrificando os assalariados e os poupadores, não solucionando os problemas dos Estados e Municípios e, ainda por cima, tendo como objetivo maior, não a sociedade brasileira, mas o atendimento às condições estabelecidas pelo FMI. Decisão de Arraes comunicada a Ulisses e Archer: vai romper mesmo com o governo Sarney, como recusa a este acordo com o FMI, e, caso o PMDB continue proporcionando apoio ao Novo Cruzado e aceite o acordo com o Fundo, rompe também com o PMDB.

Não se sabe que o governador Waldyr Pires, da Bahia, já tenha mantido com Ulisses conversa equivalente à de Arraes. Mas, não só os dois governadores têm opiniões muito próximas no que respeita aos compromissos básicos do PMDB, como há indícios consistentes de que Waldyr tem disposições práticas muito semelhantes às de Arraes. Estes são os dois governadores peemedebistas com influência efetiva na cúpula do partido.

Não menos tensa nem difícil foi outra conversa de Ulisses, esta ocorrida ontem. Um grupo de parlamentares prestigiosos, tanto no PMDB como na Constituinte, comunicou-lhe o esgotamento de sua tolerância com o desrespeito do partido aos compromissos assumidos em praça pública; com as atitudes e omissões do próprio Ulisses e, em linha paralela à de Arraes, com o endosso, pelo PMDB, do Novo Cruzado e da precipitação do acordo com o FMI. Em dificuldade, Ulisses evitou considerar as questões de frente e, ao começo da noite, articulava um jantar em sua casa com alguns parlamentares do grupo, para uma conversa abrangida por copos generosos e cardápio simpático. Pela firmeza do grupo, o resultado da manobra de Ulisses era no mínimo incerto.

Os pontos de ruptura estão se apresentando com rapidez e cumulativamente, em diversas partes, com tendência à aceleração do número e profundidade das fendas. Têm sido excessivos os compromissos não cumpridos, tem sido excessiva a exploração da tolerância, têm sido excessivos os abusos do Poder. Até que os pontos de ruptura demorem a mostrar-se.

Camargo lança-se à sucessão de Sarney

Da Sucursal de Brasília

O senador Affonso Camargo (PMDB-PR), disse ontem que é candidato à sucessão do presidente José Sarney. "Não estou nessa linha de 'eu não sou', estou admitindo a candidatura, abrindo o leque para que o partido escolha o nome que julgar melhor", disse ele à Folha ontem, às 17h30, em seu gabinete no Senado. Em Curitiba (PR), já circula em automóveis um adesivo com os dizeres: "Affonso para presidente, — nesse eu voto — PMDB".

Camargo ainda não fala em programa ou possíveis alianças e composições. Para ele, existe uma pré-condição antes que se comece a pensar em programa e acordos: "a receptividade da opinião pública", especialmente no Paraná, seu Estado. Ele diz que não está fazendo qualquer articulação com parlamentares ou políticos de uma forma

Deputado reúne líderes do partido

O presidente do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, convocou os líderes do PMDB para uma reunião ontem à noite em sua casa, na Península dos Ministros, em Brasília, com o objetivo de tentar um acordo antes da convenção do partido, que se reúne nos dias 18 a 19 de julho. A reunião acontece num momento em que se aprofundam as divergências entre a ala esquerda e os "moderados" do partido. O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (PMDB-SP), disse ontem, antes da reunião, que

"não há possibilidade de qualquer acordo prévio, senão não há porque realizar a convenção".

Sob a denominação de "PMDB: programa e compromisso", 43 parlamentares da ala esquerda do PMDB promoverão um encontro no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, nos dias 4 e 5 de julho, quinze dias antes da convenção.

Da Sucursal de Brasília

O esboço da nova Constituição está praticamente pronto. O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de centro (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"), e seus quatro relatores-adjuntos já definiram suas opções nos casos de artigos conflitantes, ou seja, que foram tratados de forma diferenciada em mais de uma comissão temática. O grupo definiu critérios para a reforma agrária, empresa nacional e reserva de mercado, entre outros pontos. Até a noite de hoje, Cabral pretende encerrar a redação do texto, que deve ser entregue amanhã ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, do PMDB e da Câmara.

Segundo Cabral, o critério para a escolha entre os artigos conflitantes foi o de privilegiar as propostas consideradas "progressistas". "A sociedade vem requerendo avanços em muitos setores", disse Cabral, que estabeleceu esse critério a partir de uma reunião, na última segunda-feira, com o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, e com Ulysses.

"Tivemos uma brecha para inovações, ao redigirmos o relatório da Comissão da Família (da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação)", afirmou o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado e um dos relatores-adjuntos.

Os representantes do povo brasileiro, reunidos sob a proteção de Deus em Assembléia Nacional Constituinte, afirmam no preâmbulo desta Constituição o seu propósito de constituir uma grande nação baseada na liberdade, na fraternidade cristã, na igualdade sem distinção de raça, cor,

'Propósito de constituir uma grande nação'

Esta é a íntegra do preâmbulo da nova Constituição proposto pelo deputado Bernardo Cabral:

"Os representantes do povo brasileiro, reunidos sob a proteção de Deus em Assembléia Nacional Constituinte, afirmam no preâmbulo desta Constituição o seu propósito de constituir uma grande nação baseada na liberdade, na fraternidade cristã, na igualdade sem distinção de raça, cor,



Os oito relatores "de campo" entregam seu relatório ao deputado Bernardo Cabral

Ao prepararem um relatório para a Comissão da Família, Cabral e os relatores-adjuntos puderam alterar, por exemplo, a definição que a Comissão da Ordem Econômica deu para a empresa nacional e criar um Conselho de Comunicação para fiscalizar as concessões de rádio e TV, feitas pelo presidente da República.

Para "amarrar o essencial", Cabral ouviu todos os relatores das comissões temáticas, ministros de Estado e vários deputados. Os oito relatores "de campo", liderados pelo deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ), de centro, entregaram ontem à tarde um relatório com 376 artigos e 67 disposições transitórias, compatibilizando os 559 artigos das comissões temáticas. Apesar de o grupo ter proposto soluções diferentes das sugeridas pelos relatores-adjuntos, Cabral não vai mudar nenhuma das definições já feitas.

Cerca de cem artigos já foram cortados para a redação do anteprojeto. Mesmo assim, o plenário terá de analisar mais de quatrocentos arti-

gos. "O texto está ficando bom dentro do material que tínhamos", declarou Cabral.

Para compatibilizar a proposta de seguridade social, da Comissão de Ordem Social, com o relatório da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, Bernardo Cabral reuniu, na tarde de ontem, os deputados Almir Gabriel (PMDB-PA) e José Serra (PMDB-SP), relatores das duas comissões. Almir Gabriel estabeleceu que a folha de pagamentos é base exclusiva da seguridade social. Nenhum outro desconto poderia incidir sobre ela. Cabral procurava uma solução para o desconto do salário-educação e da seguridade social. Se mantido o artigo de Gabriel, organismos como o Senai e o Sesc ficam inviabilizados.

"Estamos em busca de uma solução que não mutila os dois relatórios", disse Cabral. Serra e Gabriel voltariam a se reunir com Cabral na noite de ontem para definir uma fórmula que permitisse o desconto do Imposto de Renda dos salários.

procedência, religião ou qualquer outra. Certos de que a grandeza da pátria está na educação, na saúde e felicidade do povo, na sua cultura, na observância dos direitos fundamentais da pessoa humana, na equitativa distribuição dos bens materiais e culturais de que todos devem participar, afirmam também que isso só pode ser obtido com o modo democrático de convivência, como repulsa

a toda forma autoritária de governo e a toda exclusão do povo do processo político, econômico e social. A soberania reside no povo que é a fonte de todo o poder. Os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos ou por consulta. O voto é secreto, direto e obrigatório e as minorias terão representação proporcional no exercício do poder político".

Parlamentarismo é erro, diz pefelista

Da Sucursal de Brasília

O presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, defendeu ontem uma ofensiva contra a instalação de um "parlamentarismo híbrido" no país, considerando-o um "equivoco" e um "monstro institucional". Segundo ele, um presidente eleito diretamente não terá facilidade de convivência com um primeiro-ministro com poderes fortalecidos. "Será um foco constante de crise institucional", disse Maciel.

Marco Maciel acha que, de fato, existe uma tendência majoritária pela aprovação, no Congresso consti-

tuinte, do parlamentarismo misto. Mas não considera a aprovação um "fato consumado". Para ele, uma ofensiva dentro do Congresso poderia fazer "prevalecer" o "bom senso".

Segundo o senador, os parlamentares que consideram que, com o novo regime, iriam ter maiores poderes, estão "equivocados". Citou, como exemplo, os Estados Unidos, onde o presidencialismo convive com um Congresso forte. Maciel disse que, se existe a necessidade da adoção do parlamentarismo, a medida deve ser "ortodoxa". "Prefiro, então, o parlamentarismo puro", afirmou ele.

Maciel afirma que pacto não seria com o "diabo"

Da Sucursal de Brasília

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), disse ontem em Brasília que, pelo que conhece do presidente José Sarney e do presiden-

te do Congresso constituinte, deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB-SP), "eles nunca fariam 'pacto com o diabo'. Se fossem acender velas, acenderiam a Deus".

Os pontos principais

Reforma agrária: Quanto ao direito de propriedade, existe diferença entre "bens de uso pessoal" e "bens de produção". Em caso de desapropriação, os critérios para determinar o valor e a forma de indenização dos "bens de produção" ficam subordinados ao seu uso produtivo ou especulativo, produtividade média e "significação econômica" do ato expropriatório em relação ao patrimônio do expropriado.

Direito de voto: O voto é obrigatório para os maiores de dezoito anos que saibam ler e escrever e facultativo para os analfabetos.

Reserva de mercado: Fica mantida a reserva para as empresas nacionais de tecnologia de ponta, mas o termo "reserva de mercado" é substituído por "proteção do mercado interno".

Definição de empresa nacional: "É uma pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital estejam em caráter permanente, exclusivo e incondicional sob a titularidade de pessoas físicas domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno".

Sistema de governo: É mantido o parlamentarismo misto, pelo qual o presidente da República fica como chefe de Estado, mas o chefe do governo é o primeiro-ministro. Todos os ministros são subordinados ao primeiro-ministro, que é indicado pelo presidente.

Sindicatos: Passa a vigorar a pluralidade sindical, podendo coexistir mais de um sindicato na mesma base territorial. Mas, para efeito de negociações trabalhistas, o Estado só reconhecerá um único sindicato por categoria. Sem definição sobre a contribuição sindical.

Judiciário: O Supremo Tribunal Federal manterá suas atuais atribuições. É criado, porém, o Superior Tribunal de Justiça, que absorverá as funções do Tribunal Federal de Recursos (TFR).

Conselho de Segurança Nacional: O órgão é extinto, sendo criado o Conselho da República, que poderá, entre outras coisas, dissolver a Câmara e convocar referendos.